

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DA SOBERANIA ALIMENTAR INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO NO OESTE DO PARANÁ

THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES IN GUARANTEEING THE INDIGENOUS FOOD SOVEREIGNTY: A CASE STUDY IN THE WEST OF PARANÁ

Caroline Maria Maffini^{1,3}, Gabriela Carolina Bündschien^{2,3}, Adrieli Luisa Ritt^{1,3}, Ana Gabriela Tessaro^{2,3}

¹Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas (PPGSIS), ²Curso de Agronomia,

³Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

carolinemaffini@hotmail.com; gabrielabundschien@gmail.com; rittadrieliluisa@gmail.com; gabrielapaschoalloto15@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT05. Agricultura Familiar e Ruralidades

Resumo

O estado do Paraná conta com uma população indígena de aproximadamente oito mil pessoas. Em Diamante d'Oeste, no Oeste do estado, estão localizadas duas aldeias Guarani com aproximadamente 170 famílias. As famílias indígenas participam de programas governamentais (como o PAA), visando extinguir a desnutrição e a fome. Além destes programas, os moradores da aldeia em idade escolar recebem, durante o período letivo, a alimentação escolar. Regidas por leis e diretrizes, as políticas de alimentação buscam proporcionar aos indígenas hábitos alimentares saudáveis, assim como respeito às culturas e tradições. Nesse contexto, insere-se este ensaio teórico com o objetivo de analisar a importância dos programas governamentais que beneficiam as aldeias indígenas do município de Diamante d'Oeste. Tendo em vista a busca pela segurança alimentar e nutricional indígena e, para além disso, as modificações na dinâmica alimentar dos Guarani, é imprescindível que estes fatores sejam levados em conta, e, uma reeducação alimentar, junto às escolas, visando valorizar os hábitos alimentares Guarani.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar Indígena. Guarani.

Abstract

The state of Paraná has an indigenous population of approximately eight thousand people. In Diamante d'Oeste, in the west of the state, there are two Guarani villages with approximately 170 families. Indigenous families participate in government programs (such as the PAA) aimed at eradicating malnutrition and hunger. In addition to these programs, school-age residents of the village receive, during the school term, school meals. Governed by laws and guidelines, food policies seek to provide indigenous people with healthy eating habits, as well as respect for cultures and traditions. In this context, this theoretical essay is inserted with the objective of analyzing the importance of government programs that benefit the indigenous villages of the municipality of Diamante d'Oeste. In view of the search for indigenous food and nutritional security and, in addition, the changes in the Guarani's food dynamics, it is imperative that these factors be taken into account, and a food re-education, together with schools, aiming to value eating habits Guarani.

Key words: Public policy. Food Acquisition Program. National School Feeding Program. Indigenous Food Security. Guarani.

1. Introdução

Os Guarani, grupo de caçadores-coletores que anteriormente eram denominados de Carijós, ocuparam um grande número, ainda desconhecido, de locais no território brasileiro, vivendo da horticultura e complementando sua subsistência com a caça, pesca e coleta e formando sambaquis por onde passaram. Hoje, o povo Guarani vive distribuído pelo território que no passado foi coberto pela floresta subtropical e está presente em países como o Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia (LITAIFF; DARELLA; 2000).

No Brasil, os Guarani da contemporaneidade estão divididos entre mbya, ñandeva, xiripa e kaiowá, e cada um desses grupos, possui particularidades no seu dialeto, na sua espiritualidade e nas suas tradições materiais (SILVEIRA; 2011). Essas dessemelhanças foram utilizadas por Egon Schaden (1974) para segregar os Guarani dentre esses grupos, essa classificação é ainda utilizada na atualidade.

O estado do Paraná possui uma população indígena de aproximadamente oito mil pessoas, sendo das etnias Kaingang e Guarani (PARANÁ; 2023a). Em Diamante d'Oeste, município localizado no extremo Oeste do estado, encontram-se duas aldeias Guarani, Tekohà Itamarã e Tekohà Añetete, vivendo um grupo misto de mbya, ñandéva e xiripa (GIORDANI; 2012). Somando as duas aldeias vivem cerca de 170 famílias, sendo que cada uma delas possui cadastro junto à Secretaria de Assistência Social do município, onde recebem apoio de políticas públicas na área da saúde, infraestrutura, alimentação e educação.

Além do apoio a nível municipal que as aldeias recebem, existem programas estaduais e federais que visam garantir a Segurança Alimentar desta população, como o PAA, o Compra Direta Paraná, e o Leite das Crianças. Estes programas foram criados com a premissa de forma a dizimar, ou pelo menos reduzir, o problema da fome e desnutrição no Brasil, e são destinados a parte da população que possui baixa ou nenhuma renda, e por isso, não têm acesso a uma alimentação saudável. Além disso, os programas fomentam a agricultura familiar, que é a maior responsável pela produção de alimentos atualmente no país (CAMARGO; BACCARIN; SILVA; 2013).

Na área da educação, como cada uma dessas aldeias possui uma escola indígena, onde crianças e jovens frequentam, durante o período letivo, os alunos recebem alimentação escolar. As escolas indígenas no Paraná, são regidas pela Secretaria de Educação do Estado (SEED) e organizadas junto às outras escolas estaduais por núcleo. Na cidade de Diamante d'Oeste, que pertence ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Toledo, as escolas Araju Porã e Kuaa Mbo'e recebem as crianças desde a pré-escola, até o ensino médio e, são caracterizadas pela educação bilíngue (nos idiomas Português e Guarani) e por sua estrutura, pedagógica e currículo respeitarem e valorizarem a cultura, visando a manutenção da diversidade étnica (PARANÁ, 2023a; 2023c).

A alimentação escolar no Brasil é regida pela Lei 11.947/2009, conhecida pela Lei da Alimentação Escolar, e entre as diretrizes da alimentação escolar dentro da Lei estão: o respeito à cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis; inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, inserindo-a no currículo escolar; a participação da comunidade no controle social e acompanhamento das ações para garantir a oferta da alimentação escolar adequada; e apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, preferencialmente, junto aos produtores indígenas (BRASIL; 2023a).

De acordo com a Lei 11.947/2009, 30% do valor repassado ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinado à aquisição de produtos para a alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser destinado à compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Da agricultura familiar são adquiridos majoritariamente: frutas, hortaliças, legumes, temperos, raízes, pão caseiro, iogurte, ovos, grãos e sucos, tendo regularidade com a vigilância sanitária municipal.

Cabe ressaltar que, tanto no PNAE quanto no PAA o agricultor recebe um acréscimo de 30% no valor de seu produto quando o mesmo é orgânico, incentivando a produção e consumo de alimentos sem o uso de agroquímicos. Além disso, os programas trabalham com uma ampla gama de produtos credenciados, e valorizam a produção caseira e artesanal, com baixa ou nenhuma adição de conservantes e corantes, o que além de promover a saúde dos consumidores

ainda estimula a diversificação dentro das propriedades e acaba protegendo os hábitos alimentares e as tradições de cada região (SCHMITT; GRISA; 2013).

Esse cenário aponta para a criação de uma estratégia de desenvolvimento inclusiva, em que se considera os aspectos culturais e as particularidades locais, pelo menos em teoria. É nesse contexto que se insere o interesse deste ensaio teórico, uma vez que o modo de vida dos indígenas se distingue do modo de vida do não indígena. Portanto, mesmo que os programas governamentais tenham o propósito de melhorar a condição nutricional e ainda valorizar a produção alimentar local, buscamos analisar como e se esses programas estão beneficiando as duas aldeias indígenas no município de Diamante d'Oeste, no Paraná.

2. Alimentação Guarani

Quando se fala da alimentação Guarani, por consequência, nos deve vir em mente a relação com a espiritualidade deste povo. O alimento é a forma que eles acreditam alcançar o bem-estar tanto físico quanto espiritual (MAYMONE; 2017). Para os Guarani, o alimento e o remédio possuem o mesmo significado, sendo que o alimento possui também a finalidade de curar e prevenir doenças (TEMPASS; 2007; SILVEIRA; 2011).

Em um estudo realizado no Brasil, especificamente em uma aldeia (Tekohà Marangatu) em Santa Catarina, Silveira (2011), destaca que os principais alimentos cultivados pelos Guarani são: mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, banana, milho, feijão, abacaxi, amendoim, melancia e abóbora. O milho, base para diversos alimentos e rituais religiosos, é mantido por algumas famílias dentro da aldeia que possuem em suas casas algo semelhante a um banco de sementes. Essas famílias conservam as sementes crioulas, que são passadas de geração em geração a partir da agricultura tradicional, para que possam selecionar as mais adaptadas aos cultivos em questão. Regularmente este banco de sementes é alimentado, através de visitas a familiares de outras aldeias onde são realizadas trocas, com o cultivo e colheita. Essa troca ocorre também com as carnes de caça, mudas de árvores, frutos e outras sementes (PEREIRA, et al., 2021).

As aldeias de Diamante d'Oeste contam com o apoio da prefeitura municipal para o preparo de suas terras para o plantio e, inclusive, para a semeadura do milho. Outra cultura muito cultivada nessas duas aldeias é a mandioca, onde os moradores são responsáveis por plantar as manivas no terreno preparado pelo maquinário da prefeitura.

A pesca é importante para os Guarani e, assim como a caça, sofreu muitas mudanças nos últimos anos, e especialmente nas aldeias de Diamante d'Oeste, onde o rio adjacente às aldeias não é a principal forma de encontrar proteína para a dieta dos moradores. Mesmo com as mudanças na atualidade, a caça e a pesca ainda são muito presentes no dia a dia das aldeias, sofrendo algumas variações dependendo a região do país (GIORDANI; 2012).

Animais que eram caçados no passado, já não o são nos últimos anos, devido às alterações e ameaças ambientais, por exemplo o porco do mato e a anta já não são mais encontrados e abatidos atualmente. Hoje, a caça ainda é presente, entretanto, não pode ser considerada uma fonte de alimento, devido às alterações ambientais. Apesar disso, a prática ainda é realizada, através de armadilhas e com espécies de animais menores, como o quati. Possivelmente essa mudança de hábito foi forçada pela deterioração da fauna local, obrigando o povo guarani a ser menos seletivo na sua caçada, além de incentivar a criação de animais, principalmente galinhas (SILVA; 2020; OURIQUES JÚNIOR; 2010).

Diaz-Mendes e García-Espejo (2016) relatam que a dieta dos mais pobres, incluindo moradores de comunidades tradicionais, tendem a piorar com a intensificação e industrialização da agricultura e que uma das saídas para este problema, seria o trabalho fora da propriedade (e neste caso, da aldeia).

Neste contexto, Giordani (2012), que observou por um período os hábitos dentro da aldeia Itamarã em Diamante d'Oeste, pode constatar que além daqueles que recebem salário por trabalhar na escola ou na Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), salário-maternidade, auxílio-doença a maioria das famílias da aldeia possuem acesso aos programas governamentais, como o Bolsa-Família, e boa parte desse dinheiro é destinado à compra nos mercados da cidade, onde são adquiridos carnes congeladas (bovina, de frango e peixe), iogurte, farinha de trigo e beiju, erva mate, óleo vegetal, feijão, pães, maçã, macarrão refrigerante e salgadinhos, os dois últimos principalmente por ser um pedido das crianças.

O contato com os não índios (juruá) e as alterações ambientais provocam sérias alterações nos meios de vida na aldeia, e isso desde o período de colonização, o que dificulta a obtenção de alimentos tradicionais e força os Guarani a consumir alimentos juruá (MAYMONE; 2017; TEMPASS, 2007). O fato de muitos indígenas serem hoje assalariados, funciona como uma alternativa de adaptação às novas condições de vida, porém, isso acaba criando a necessidade frequente de saída da aldeia, o que faz com que abandonem, mesmo que temporariamente, suas atividades rotineiras dentro da aldeia (SALGADO; 2007).

Essa mudança de hábito e/ou adaptação a algum tipo de crise é denominada de estratégia de enfrentamento, em que determinado indivíduo se força a buscar alternativas de subsistência, para contornar crises climáticas, econômicas e outras (ELLIS, 2000). Perondi e Schneider (2012) apontam que as estratégias compreendem o comportamento microsocial das famílias e impactam sobre a mobilização dos seus intitulentos. Os Guarani não foram diferentes, eles precisaram se adaptar buscando sobreviver na era da agricultura intensiva, principalmente pelo fato de as comunidades indígenas brasileiras terem sido alocadas em zonas onde se cultivava grãos e se explorava a pecuária de maneira intensiva, além da exploração da madeira e até onde funcionam hidrelétricas e garimpo, isso ocasiona a formação de ilhas florestais e culturais, dificultando a manutenção do meio de vida Guarani (KRIEGEL; 2014).

A compra da comida industrializada vem gerando problemas graves entre os Guarani. Além de ser bem mais cara, é muito menos nutritiva do que o alimento produzido e coletado na aldeia. A introdução em larga escala destes alimentos processados vem causando problemas de saúde aos indígenas, principalmente às gestantes e aos lactentes (LITAIFF; DARELLA; 2000; SALGADO; 2007). Este fato também foi observado em indígenas na Amazônia, onde os casos de sobrepeso e até obesidade vem aumentando dentro das aldeias nesta região, decorrentes da deterioração nutricional promovida pelo ingresso desses indígenas no meio moderno e capitalista de mercado (WELCH et al.; 2009). Silva (2020) relata que, devido ao consumo de alimentos externos à aldeia, a população da aldeia Guarani que este autor vive no estado de Santa Catarina, vem apresentando mais doenças que seus curandeiros, chamados de Xamoi Kuery, não conseguem tratar com as ervas medicinais, como problemas com hipertensão, diabetes e pedras no rim, por exemplo.

Também conseguimos observar que, pelo maior contato com o não índio e pela facilidade em adquirir alimentos processados, o hábito alimentar indígena vem mudando bastante. Possivelmente uma consequência da globalização, ou do segundo regime alimentar, como McMichael (2009) enquadrrou o movimento da alimentação mundial a partir da década de 1950, que com a desculpa de alimentar o mundo, países começaram a focar a produção de monoculturas (commodities) para então exportar e ultra processar, visando alimentar a população, principalmente os mais pobres, com comida barata, porém sem valor nutritivo.

O regime alimentar se trata das relações internacionais de alimentos e sobre a economia alimentar mundial. E a determinação destes regimes repercutiu nas mudanças de equilíbrio tanto no poder entre os países e na capital, quanto nas classes como dos trabalhadores, camponeses (onde também estão incluídos os indígenas) e agricultores (MCMICHAEL; 2009).

A alimentação indígena varia muito de um país para o outro, e em países como Peru e Bolívia, Guatemala e México, onde a população indígena é representativa, a alimentação destes povos foi integrada no sistema alimentar do país. Já em países em que essa população é menor, como o Brasil, a alimentação indígena é praticamente ignorada pela maioria, que possui hábitos alimentares muito ou totalmente influenciados pelos países colonizadores (KATZ; 2009).

A alimentação possui um papel fundamental na resistência da cultura Guarani frente aos jurua, onde a alimentação tradicional ainda é priorizada na dinâmica deste povo. Vivendo em um meio que não vê com bons olhos a diversidade, manter os hábitos alimentares tradicionais é lutar contra a imposição cultural avassaladora da atualidade (ANDRADE; 2022).

3. Programas governamentais e sua adequação aos hábitos alimentares indígenas

O Estado tem papel fundamental para definir, através de políticas públicas, o abastecimento alimentar, reduzindo os problemas atuais como: a fome, desnutrição e a produção sustentável de alimentos. Os programas públicos alimentares, como o Programa de Alimentação Escolar (PAE), formam uma articulação na compra de produtos oriundos da agricultura familiar e trazem diversas vantagens para o desenvolvimento regional. Além de estimular a produção local criando mercados para os agricultores, encurtam o caminho que o alimento percorre até chegar ao consumidor, de maneira a incentivar o consumo de alimentos sazonais, também transferem a renda diretamente a famílias agricultoras e atrelado a tudo isso, fomentam práticas de gestão ambiental (PUGLIESI; STOLARSKI; 2021; VILLA REAL; SCHNEIDER; 2011; TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde o Governo Federal, através de dispensa de licitação, realiza a compra alimentos da agricultura familiar e distribui para pessoas em situação de vulnerabilidade social, através de instituições socioassistenciais (CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social), escolas, restaurantes populares, presídios, hospitais, cozinhas comunitárias etc. (SCHMITT; GRISA; 2013).

A nível de estado, no ano de 2020 durante a pandemia de Covid-19, surgiu um programa no Paraná, o Compra Direta Paraná, no qual agricultores familiares e/ou organizações de agricultores, através de uma chamada pública eletrônica, se cadastram e, quando aprovados, comercializam seus alimentos à entidades como CRAS e CREAS, para que sejam distribuídos a população mais carente na forma de cestas básicas, para que estas pessoas tenham acesso a alimentos “protetores” (frescos). O Compra Direta Paraná beneficia, além dos usuários do CRAS, CREAS e demais entidades, os agricultores familiares e organizações da agricultura familiar, como associações e cooperativas (PUGLIESI; STOLARSKI; 2021).

Em Diamante d'Oeste, apenas uma organização (Associação) de agricultores familiares realiza o abastecimento nos programas institucionais, nas aldeias e fora delas, tanto no PAA quanto no Compra Direta Paraná. As entregas das cestas são realizadas através de diálogo entre o responsável pela associação e o correspondente das entidades (Assistente Social).

Essa Assistente Social, durante o diálogo com o responsável a associação, já avisa de antemão sobre os hábitos alimentares dos Guarani, e dessa forma não recomenda que a associação envie de hortaliças folhosas, como almeirão, alface e rúcula e temperos como salsinha e cebolinha. Este aviso antecipado se dá, pelo fato de que, nas primeiras vezes em que foram enviadas cestas às aldeias, os agricultores, respeitando o pedido do projeto de vendas, padrão para todas as realidades, acabava enviando estes alimentos, e o observado pelas entidades (CRAS e CREAS) era de que os moradores da aldeia acabavam nem levando para suas casas, pois historicamente, se sabe que estes não possuem o hábito de consumir folhosas. Em muitos dos casos, os moradores acabavam deixando as hortaliças no quintal onde os animais acabavam se apropriando. Também segundo a Secretária, os moradores da aldeia aceitam muito

bem as frutas, panificados, derivados de leite (iogurte e bebida láctea) e doces (doce de leite, de fruta e melado).

Corroborando com o fato encontrado em Diamante d'Oeste, Vargas et al. (2013), concluiu em seus estudos que a distribuição de cestas, mesmo sendo considerada uma boa forma de combater a fome, não resgata os hábitos alimentares da população indígena. O autor também afirma que esta prática pode causar certa dependência por ações emergenciais, se mantidas por longos períodos. Adicionalmente, é imprescindível o entendimento de que a cultura alimentar é elemento definidor para uma dieta saudável, proporcionando, desse modo, soberania e segurança alimentar (AZEVEDO, 2021).

Outro importante programa institucional de alimentação é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem sua origem nos anos de 1955, pela Campanha da Merenda Escolar (CME), que nos próximos anos passou a alterar os métodos de “merenda” nas escolas, para verdadeiras refeições. Em 1979 o governo passou a utilizar a nomenclatura do PNAE, e só em 1993 com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1997 o jogo começa a virar. No ano de 2009, com a formulação da Lei nº 11.947, 30% dos recursos repassados pelo FNDE devem ser destinados à compra de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2023b; PEIXINHO, 2013).

Falando do PNAE na realidade das escolas indígenas de Diamante d'Oeste, esta é outra política pública que passa por certa dificuldade em encontrar um denominador comum entre o que é permitido entregar nas escolas das aldeias e o que de fato é consumido pelos alunos. A mesma organização que realiza a comercialização de alimentos no PAA e Compra Direta Paraná, realiza a venda de alimentos para o PNAE estadual, no qual as escolas indígenas estão inseridas. E, da mesma forma como nos programas anteriores, o calendário, cardápio, bem como a quantidade e frequência de entrega dos alimentos vem organizando anualmente direto pelo sistema do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), no qual apenas os fornecedores credenciados têm acesso.

Com isso, a associação possui uma relação com os secretários e diretores das duas escolas indígenas (Escola Estadual Indígena Araju Porã – aldeia Tekohã Itamarã e Escola Estadual Indígena Kuaa Mbo'e – aldeia Tekohã Añetete), essa relação é boa, o diálogo é frequente e flui de maneira satisfatória, onde são realizados acordos e pedidos semanalmente.

Porém, devido aos hábitos alimentares e de consumo dos alunos, há uma certa resistência da escola em receber certos tipos de alimentos (hortaliças folhosas e temperos, principalmente) que estão no cronograma de entregas. Segundo os diretores e secretários das escolas, os alunos se recusam a consumir estes alimentos, o que gera um desperdício. Por outro lado, se a associação deixar de entregar estes alimentos, visando evitar este desperdício, além de prejudicar financeiramente os agricultores associados, a organização leva notificações vindas do NRE, que monitora via sistema a quantidade e qualidade do que foi entregue em cada escola.

Um evento comum às duas escolas de Diamante d'Oeste, é de que os alunos aceitam muito bem o pão caseiro e a bebida láctea, alimentos que possuem o paladar de mais fácil aceitação. Porém, estes são itens que, pelo cardápio elaborado pelo núcleo da Secretaria de Educação, são pedidos de maneira reduzida. O pão, além da quantidade ser bem menor do que a demandada pela escola, é servido apenas uma vez ao mês e a bebida láctea só pode ser entregue nas escolas de maneira semestral.

Silva (2020) relata que na escola indígena da aldeia Tekoa Marangatu, fato que corrobora com a realidade Diamantense, para a merenda escolar inicialmente eram servidos: abóbora, mandioca e batata-doce mas, com o tempo, os alunos reduziram muito o consumo. Para o autor, isso é uma consequência da alteração no paladar, pelo consumo de alimentos

industrializados, o que causa um afastamento do modo de vida Guarani, que é preocupante do ponto de vista dos mais antigos na aldeia. Porém, mesmo considerando a importância da alimentação para a espiritualidade Guarani, o cardápio da merenda escolar foi alterado

No ano de 2020 a alimentação escolar no estado do Paraná sofreu alteração, e além da refeição no intervalo das aulas, as crianças recebem mais dois “lanches”, na entrada e na saída de cada turno. Este aditivo na alimentação foi realizado pelo Programa Mais Merenda, que inicialmente foi implementado em 5 núcleos piloto e em junho de 2022 se estendeu à totalidade do estado (PARANÁ; 2023b). O que se observa na prática, é de que nestes “lanches” que foram somados, muitas vezes, são servidas bolachas industrializadas (“de água e sal”) vindas de outras fontes que não a agricultura familiar, que produzem alimentos com baixo ou nenhum conservante, corante e aditivos.

Estas são as principais dificuldades encontradas na relação entre a Associação de Produtores Rurais com as escolas indígenas, onde mesmo tendo a demanda para hortaliças a associação deixa de vender para o PNAE pois há resistência partindo da escola e, por outro lado, a escola possui demanda para produtos que a associação não pode entregar devido ao NRE incluir de maneira reduzida no cardápio da escola.

Tendo base nas diretrizes da Lei da Alimentação Escolar, nota-se que o NRE pode estar padronizando o cardápio para todas as escolas estaduais, de ensino regular e indígena, sem levar em conta os hábitos alimentares e culturais das aldeias, que analisando o contexto histórico, não possui o hábito de consumir folhosas e temperos. Segundo Salgado (2007), a faixa etária dos alunos que recebem a alimentação escolar é reduzida e, por isso, é justamente onde se formam os hábitos alimentares futuros, portanto a merenda deve ser o mais regionalizada possível, como promete o Ministério da Educação (MEC).

Para que a Lei da Alimentação Escolar seja realmente efetiva e cumpra com suas diretrizes, é necessária uma investigação mais individual, olhando tanto quem produz quanto quem consome, respeitando as individualidades de cada microrregião, além de considerar o valor nutricional dos alimentos. Assim, pode-se chegar mais perto de encontrar as soluções para uma alimentação escolar que una as demandas culturais, sociais e nutricionais (CONCEIÇÃO; 2019; ATHILA; LEITE; 2020).

Conceição (2019) observa que as políticas públicas prometem garantir o respeito às tradições, como no caso de hábitos alimentares indígenas, porém na prática se percebe que o foco está no respeito ao alimento em si, e não no conjunto de fatores que estão envolvidos na prática de se alimentar, como os rituais e costumes. Com isso, é possível notar a importância de ações visando a valorização da cultura alimentar Guarani, principalmente dentro da escola, onde as crianças, que são as mais vulneráveis ao consumo de ultraprocessados e na escola, estão consumindo diariamente sua principal refeição.

4. Considerações finais

Os programas institucionais que visam reduzir a insegurança alimentar e nutricional dos beneficiários, se tornam um desafio para os agentes envolvidos na cadeia, quando existe o envolvimento da alimentação indígena. Observa-se que tanto o PNAE quanto o PAA possuem obstáculos a serem superados, pois a alimentação indígena é complexa, envolve simbolismos, costumes e hábitos que exigem um estudo mais específico, sendo necessário uma adaptação para esta situação.

Outro fato que deve ser levado em conta, é a crescente alteração nos hábitos alimentares indígenas, que após o contato com os não índios e devido a extinção de várias espécies (tanto vegetais quanto animais) e pela degradação da biodiversidade onde foram alocadas suas aldeias. O consumo de ultraprocessados, panificados e lácteos aumentou consideravelmente nos últimos anos, diferente do consumo de hortaliças, legumes e temperos. Um agravante, é que as crianças

entram na escola ainda em uma idade da formação do paladar, e por isso, a alimentação escolar indígena deveria ser repensada.

Portanto, pela importância da segurança alimentar e nutricional deste povo, se nota a urgente necessidade de ações, através da educação alimentar, desde a base, nas séries iniciais bem como o incentivo à manutenção da tradição alimentar Guarani, além da adequação dos cardápios para a realidade indígena.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio viabilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob a concessão 423392/2021-2 (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021). Registramos, também, nosso agradecimento à Rede Campo (Rede de Pesquisa, Inovação e Extensão em Desenvolvimento Rural), pelos profícuos debates no amadurecimento deste trabalho. Agradecemos às orientações da Professora Alessandra Matte, na condução desse trabalho.

5. Referências

ANDRADE, I. P. C. **Alimentos Guarani Mbyá: uma revisão integrativa**. São Vicente. UNESP, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Bacharel em Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/217220>. Acesso em 10 de abril de 2023.

ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos De Saúde Pública**, v. 36, n.10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208019>

AZEVEDO, E. Ultraprocessados, ultraesfomeados e o Sistema agroalimentar moderno. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2021. Disponível em <https://diplomatique.org.br/ultraprocessados-ultraesfomeados-e-o-sistema-agroalimentar-moderno/#:~:text=Ultraprocessados%2C%20ultraesfomeados%20e%20o%20sistema%20agroalimentar%20moderno,-Por%20Elaine%20de&text=O%20agroneg%C3%B3cio%20faz%20parte%20do,produzir%20soberania%20nem%20seguran%C3%A7a%20alimentar>. Acesso em 10 de abril de 2023.

BRASIL, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 17 jun. 2009, p. 2. Acesso em 06 jan. 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Histórico. 2022. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico> Acesso em 10 de abril de 2023b.

CAMARGO, R.A.L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no

fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CONCEIÇÃO, A. A. História da alimentação escolar no Brasil: algumas questões sobre políticas públicas educacionais, cultura escolar e cultura alimentar. **Anais da ANPUH-Brasil**. Recife: ANPUH, 2019.

DIAZ-MENDEZ, C.; GARCÍA-ESPEJO, I. O potencial da sociologia da alimentação para estudar os efeitos da globalização alimentar. In: CRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Estudos Rurais), 2016. p. 25-51.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978. DOI: <https://doi.org/10.1017/S001041750001255X>

GIORDANI, R. C. F. **Comportamento alimentar entre os Guarani. Cultura e Alimentação**. Curitiba: UFPR, 2012. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KATZ, E. Alimentação Indígena Na América Latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 25-41. 2009.

KRIEGEL, R. K.; de AZEVEDO, E. O.; da SILVA, F. F. Relação do Grupo Indígena Guarani Mybiá Com o Meio Ambiente: Alicerces da Agroecologia. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, 2014.

LITAIFF, A.; DARELLA, M. D. P. Os índios Guarani Mbya e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. **Comunicação apresentada na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília, 2000.

MAYMONE, C. M. **Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani da Tekoa Pyau (São Paulo/SP)**. São Paulo: USP, 2017. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy, **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>

OURIQUES JÚNIOR, A. **A tradição da caça entre um grupo Guarani-Mbyá do Amâncio**. Florianópolis. UFSC, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/125541/Ac%c3%a1cio%20Rodrigues%20J%c3%banior.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de abril de 2023.

PARANÁ. **Dia-a-dia Educação**. Portal Educacional do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/alunos_indige_na.php. Acesso em 19 de janeiro de 2023a.

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR)**. Disponível em <https://www.fundepar.pr.gov.br/Pagina/Programa-Estadual-de-Alimentacao-Escolar>. Acesso em 18 de janeiro de 2023b.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Escola Digital**. Professor. Educação Escolar Indígena. Disponível em https://professor.escoladigital.pr.gov.br/educacao_escolar_indigena#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20Ind%C3%ADgena%20ocorre,docente%2C%20observados%20os%20princ%C3%ADpios%20constitucionais. Acesso em 10 de abril de 2023c.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PEREIRA, Z. V.; SANGALLI, A.; LOBTCHENKO, J. C. P.; VILELA, L. O.; VERA, C.; DA SILVA, N. Á.; FERNANDEZ, S. S. L. Casa de Sementes Crioulas Tengatui Marangatu: Uma estratégia para a segurança e soberania alimentar para as comunidades indígenas de etnia Guarani-Kaiowá de Dourados MS. **Cadernos de Agroecologia**. v.15, n. 4, 2020.

PERONDI, M.A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista Redes**, v.17, n.2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v17i2.2032>

PUGLIESI, A. A.; STOLARSKI, M. C. Compra Direta Paraná: nova opção para a agricultura familiar. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social [livro eletrônico]. Cap. 19, p. 287-298. Florianópolis, SC: **Estúdio Sempredo**, 2021

SALGADO, C. A. B. Segurança alimentar nutricional em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.1, p.131-186, 2007

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SCHMITT, C.J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-266.

SILVA, F. **Comida Guarani da aldeia Tekoa Marangatu na Atualidade**. Florianópolis. UFSC, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/5405/2/959319810.pdf>. Acesso dia 10 de abril de 2020.

SILVEIRA, N. H. **Imagens de abundância e escassez: comida Guarani e transformações na contemporaneidade**. Florianópolis: UFSC, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

TEMPASS, M. C. O belo discreto: a estética alimentar Mbyá-Guarani. **Revista Espaço Ameríndio**. Porto Alegre. v. 1, n. 1, p. 170-194, 2007.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933- 945, out./dez, 2010.

VARGAS, L. C.; SOUZA, R. S.; SUFIATE, C. B.; SANTOS, E. M.; SIPIONI, M. E.; REZENDE, A. M. B. Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guaranis Mbyá da Aldeia Boa Esperança, Aracruz, Espírito Santo, Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**. n. 1, p. 5-12, 2013.

VILLA REAL, L. C.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

WELCH, J. R.; FERREIRA, A. A.; SANTOS, R. V.; GUGELMIN, S. A.; WERNEK, G. L.; COIMBRA JR, C. E. A. Nutrition transition, socioeconomic differentiation and gender among adult xavante indians, brazilian amazon. **Human Ecology**, v. 37, p. 13-26, 2009.